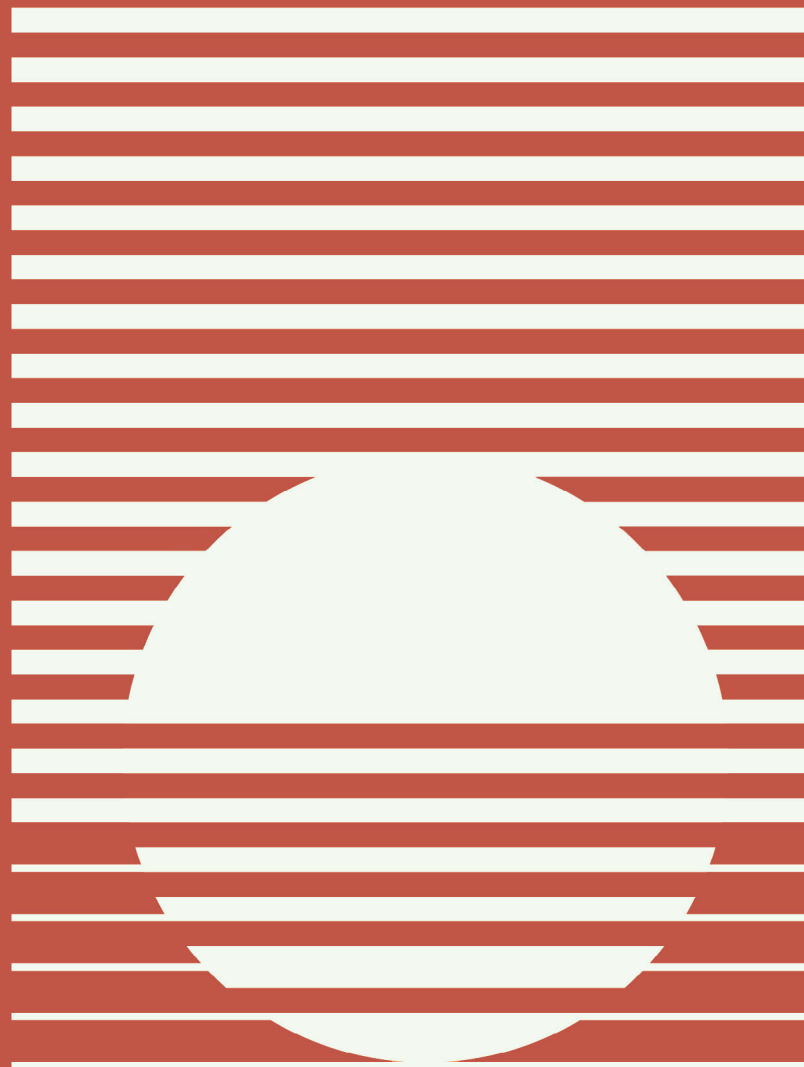


# CONJUNTURA



04  
2017

# CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

---

## Corpo Editorial

**Editora Executiva:** Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves

**Editor Adjunto:** Murilo Gomes da Costa

**Conselho Editorial:** Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Leticia Pinheiro, Maria Regina Soares de Lima, Rubens de S. Duarte.

**Editoria de Redação:** André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Bruna Soares de Aguiar, Diogo Ives de Quadro, Eduarda Lattanzi Menezes, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana Pinto Lemos da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leonardo Albarello Weber, Leonildes Nazar Chaves, Livia Liria Avelhan, Luã Braga de Oliveira, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Natalia Pasetti, Nicolle Garcia Berti, Niury Novacek Gonçalves de Faria, Taísa Rezende.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

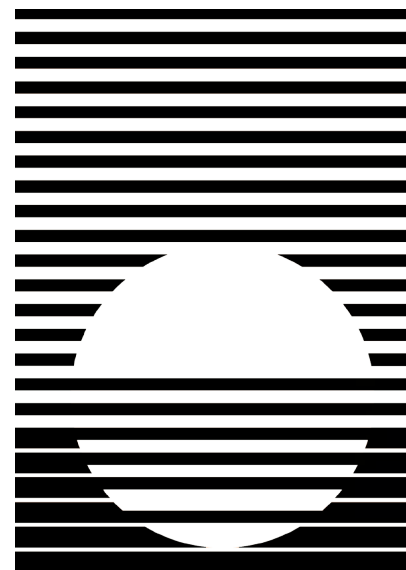
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

**LATITUDE SUL**

[latsul.org](http://latsul.org)



## SUMÁRIO

### Página 04

Política externa e empresariado brasileiro  
Investigações envolvendo empresa Odebrecht transcendem fronteiras  
Promoção de venda de armas brasileiras e dívida com a ONU

### Página 05

Brasil prepara proposta de adesão à OCDE  
Mês de abril é marcado por greves e manifestações na América do Sul

### Página 06

Primeira cúpula Mercosul-Aliança do Pacífico  
Cooperação policial por delitos nas regiões fronteiriças  
Maduro anuncia saída da OEA e convocação de Assembleia Nacional Constituinte

### Página 07

Cresce tensão entre Bolívia e Chile por bolivianos detidos em solo chileno  
México ganha primeira batalha contra o governo Trump sobre o Nafta

### Página 08

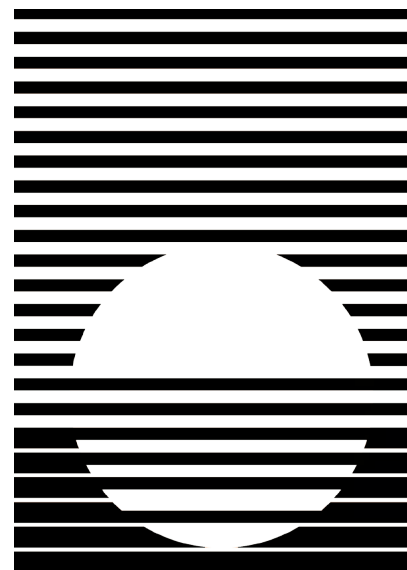
Bombardeio dos EUA na Síria dividiu opiniões entre países emergentes  
China propõe a criação do "BRICS Plus"  
China enfrenta movimentos separatistas e tensões nas fronteiras

### Página 09

Graves violações de Direitos Humanos ao redor do mundo  
Direitos Humanos e Migrações  
Violência contra a mulher e desigualdade de gênero

### Página 10

Cabo Verde aposta na cooperação Sul-Sul com a comunidade lusófona  
Seminário no México discute projetos de alimentação escolar na região



## Política externa e empresariado brasileiro

A visita ao Brasil do primeiro-ministro da Espanha, Mariano Rajoy, entre os dias 24 e 25 do mês de abril, foi marcada pela pauta empresarial. Nas reuniões com Rajoy, estiveram presentes, além do presidente Michel Temer, os ministros das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Marcos Pereira, bem como empresários brasileiros e espanhóis. A principal motivação da visita foi incentivar os investimentos empresariais entre os dois países. Durante uma das reuniões, destacou-se a atuação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que falou de suas reuniões com representantes espanhóis sobre as negociações para o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia e a importância do engajamento de lideranças empresariais para que o acordo tenha êxito. Antes da visita de Rajoy, a Câmara de Comércio Exterior (Camex), cujo comando oscilou durante o mês de março entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE), foi desvinculada do MRE e passou a pertencer ao MDIC. A imprensa repercutiu a mudança como um sinal de fortalecimento do ministro Marcos Pereira e citou a existência de críticas veladas, no setor privado, à falta de iniciativa da Camex quando estava sob o Itamaraty.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 12/04/2017; [El País Brasil](#), 23/04/2017; [G1](#), 24/04/2017; [Folha de S. Paulo](#), 25/04/2017.

## Investigações envolvendo empresa Odebrecht transcendem fronteiras

Em abril, os desdobramentos das investigações envolvendo a empresa brasileira Odebrecht em casos de corrupção não se limitaram ao Brasil. No Peru, o nome do ex-presidente Ollanta Humala (2011-2016) ganhou destaque nas manchetes dos jornais peruanos nas últimas semanas, após Marcelo Odebrecht, presidente da construtora brasileira, ter confirmado o pagamento de US\$ 3 milhões em 2011 para a campanha presidencial do ex-mandatário. Além de Humala, os ex-presidentes Alejandro Toledo (2001-2006) e Alan Garcia (1985-1990/ 2006-2011) também estão envolvidos com denúncias da Odebrecht, porém de maneira mais comprometedoras. Alejandro Toledo, que já possui prisão preventiva decretada, mas se encontra foragido nos EUA, é acusado de ter recebido suborno da Odebrecht durante a licitação da rodovia

Interoceânica Norte-Sur, que liga o Peru ao Brasil. Já Alan Garcia é investigado, embora de forma preliminar, por suposta propina recebida da Odebrecht em troca de favorecimento na disputa pela construção da Linha 1 do metrô de Lima. As suspeitas aumentaram ainda mais quando, no dia 21 de abril, foi divulgada notícia de que as letras iniciais de seu nome (AL) constavam na agenda de Marcelo Odebrecht. Por fim, a despeito de não estar sujeito a algum tipo de investigação criminal, o atual presidente do Peru Pedro Pablo Kuczynski, que ocupou o cargo de premier na administração de Alejandro Toledo, também foi chamado a depor na comissão da Lava Jato do congresso peruano. No Equador, o ex-ministro da Eletricidade durante o governo Rafael Correa, Alecksey Moreno, teve prisão preventiva decretada na noite do dia 22, por suspeita de receber propina de US\$ 1 milhão da Odebrecht durante a construção da hidrelétrica Toachi-Pilatón. Na Colômbia, o atual presidente, Juan Manuel Santos, foi convocado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE) a depor sobre o suposto ingresso de recursos provenientes da Odebrecht em sua campanha a reeleição de 2014.

Fontes: [El Comercio](#), 12/04/2017; [El Comercio](#), 13/04/2017; [La República](#), 13/04/2017; [La República](#), 18/04/2017; [El Comercio](#), 18/04/2017; [La República](#), 19/04/2017; [El Tiempo](#), 20/04/2017; [Semana](#), 20/04/2017; [La República](#), 21/04/2017; [El Comercio](#), 24/04/2017; [El Mercurio](#), 23/04/2017.

## Promoção de venda de armas brasileiras e dívida com a ONU

No mês de abril a imprensa repercutiu que o Itamaraty tem orientado embaixadas a promover a venda de armas brasileiras. A informação tem como base uma circular enviada a representações brasileiras no exterior em dezembro de 2016, obtida pelo Instituto Sou da Paz e pelo Instituto Igarapé, através da Lei de Acesso à Informação. Na circular, o governo brasileiro destaca o baixo grau de internacionalização da indústria bélica nacional e incentiva os diplomatas a promover eventos, missões empresariais e seminários para alavancar as vendas dessa indústria, com foco nos mercados da Europa, Ásia, Oriente Médio e África. Entidades de direitos humanos afirmaram que há controle inadequado do processo de venda de armas pelo governo e citaram casos em que armas brasileiras comercializadas legalmente foram empregadas em cenários de guerra ou utilizadas por países sob embargo internacional. Em resposta, o Itamaraty afirma que é feito um rigoroso controle na venda de material bélico

nacional, levando em consideração princípios da política externa, como o respeito aos direitos humanos. Os esforços para a promoção da indústria de defesa nacional ocorrem em um cenário de aumento de gastos militares pelos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), movimento interpretado como oportunidade para alavancar as vendas da indústria nacional no setor. Atualmente, o Brasil figura como um dos maiores fornecedores de armas leves para países da OTAN. Por outro lado, o país encontra-se em momento de redução de gastos com defesa (cerca de 7% em 2016 com relação a 2015), segundo aponta relatório do Instituto de Pesquisa pela Paz Internacional de Estocolmo. A imprensa brasileira repercutiu também a dívida não liquidada que o país possui com a Organização das Nações Unidas (ONU), sendo o maior devedor de todas as iniciativas da organização para o desarmamento. Do total do déficit registrado para o orçamento da Convenção sobre a Proibição de Armas Biológicas e Tóxicas em 2017, o Brasil seria responsável por 78% da dívida. O governo afirma que a regularização destes pagamentos está prevista na programação orçamentária de 2017.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 02/04/2017; [Folha de S. Paulo](#), 15/04/2017; [Estadão](#), 19/04/2017; [G1](#), 26/04/2017.

## Brasil prepara proposta de adesão à OCDE

Em 26 de abril de 2017, diferentes veículos de informação noticiaram que o presidente do Brasil, Michel Temer, prepara uma proposta de adesão do país à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A possível entrada do Brasil na OCDE marca uma inflexão na política externa brasileira, que agora busca se reaproximar das potências ocidentais após mandatos anteriores priorizarem as relações Sul-Sul. Reconhecidamente pautada por ideologia e princípios liberais, a OCDE é chamada de “clube dos ricos”, uma vez que seus 35 membros concentram quase metade do PIB mundial, contribuindo para que a governança global seja concentrada. O processo de adesão não é simples: para se tornar membro-pleno da OCDE, o Brasil precisará se adequar a uma série de exigências institucionais, tais como mecanismos fiscais e de transparência. Argentina e Colômbia são exemplos de países que ainda não conseguiram completar sua filiação ao grupo, mas o atual secretário executivo da organização, o mexicano Angel Gurría, já sinalizou a possibilidade de acelerar a entrada de parceiros-chave, como Brasil, China e

Índia. Se aceito, o Brasil passaria a ser o maior mercado emergente do grupo e terceiro país da América Latina a se tornar membro-pleno, ao lado do México e do Chile. Ainda que parte da imprensa tenha veiculado que a sujeição aos marcos regulatórios da OCDE pode contribuir para a estabilização e consolidação da democracia e economia brasileira, essa afirmação tem pouca base empírica. As experiências do México e da Turquia, emergentes que são membros plenos da OCDE, indicam ganhos questionáveis nesse sentido, sobretudo para um país que vinha investindo em um modelo de integração regional e na busca por um sistema de governança global mais justo. Ainda não é claro quais são os ganhos imediatos para o Brasil, em troca do compromisso com regras e princípios liberais.

Fontes: [Estadão](#), 11/04/2017; [Reuters](#), 26/04/2017; [Folha de S. Paulo](#), 27/04/2017; [El Economista](#), 27/04/2017.

## Mês de abril é marcado por greves e manifestações na América do Sul

Ao longo do mês de abril, diversos países sul-americanos foram palco de greves e manifestações, seja em protesto a medidas impopulares de seus respectivos governos, seja pela proximidade da comemoração do Dia Internacional do Trabalho, data que relembra o histórico de lutas pelos direitos trabalhistas. No Brasil, foi convocada uma greve geral para o dia 28 de abril, contra as recentes medidas propostas pelo governo que envolvem a flexibilização das leis de trabalho terceirizado e a reforma da previdência. Foram realizados atos nas grandes capitais, com críticas dos manifestantes à abordagem violenta e repressiva da Polícia Militar. Crítica semelhante foi feita pela Central Unitária de Trabalhadores do Paraguai, em 03 de abril, em comunicado de repúdio à repressão das manifestações contrárias às leis trabalhistas e à proposta de emenda constitucional que poderia aprovar a reeleição do Presidente Horacio Cartes. Na Colômbia, manifestantes reuniram-se em 1º de abril em marchas por várias cidades contra as denúncias de corrupção do governo de Juan Manuel Santos e a crise econômica do país. Pesquisa realizada pela Pulso País indicou uma rejeição de 67% ao presidente colombiano. Na Argentina, os protestos contra o governo tomaram a forma de manifestações convocadas para o Dia do Trabalho e pela organização de uma Carta Aberta e Justiça Legítima por representantes de associações civis e culturais contra o que consideram ser medidas neoliberais do governo Macri. Após anos de governos de orientação progressista na região, as greves e ma-

nifestações indicam que o descontentamento com as políticas recentes possui dimensão regional e é compartilhado pelas sociedades civis da América do Sul.

Fontes: [ElTiempo](#), 01/04/2017; [ElTiempo](#), 01/04/2017; [ABC](#), 03/04/2017; [El Tiempo](#), 04/04/2017; [El Tiempo](#), 04/04/2017; [ABC](#), 16/04/2017; [Clarín](#), 25/04/2017; [La Nación](#), 26/04/2017; [HuffPost Brasil](#), 28/07/2017.

## Primeira cúpula Mercosul-Aliança do Pacífico

Em 07 de abril de 2017, reuniram-se, em Buenos Aires, na Argentina, oito representantes dos países que compõem o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e a Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México e Peru). Essa reunião constituiu a primeira cúpula entre os dois blocos, cujo intuito foi o de estabelecer uma agenda em comum para avançar em direção a um acordo de livre comércio. Os principais objetivos dessa agenda são: identificação de cadeias regionais de valor, facilitação e promoção do comércio e cooperação aduaneira. Em comunicado conjunto dos blocos, foi destacada a necessidade de realização de reuniões periódicas entre o Grupo de Alto Nível (GAN) da Aliança do Pacífico e o Grupo Mercado Comum do Mercosul, para cumprir os objetivos estabelecidos na agenda de integração. Essa reunião de cúpula repercutiu sobretudo na imprensa argentina e uruguaia. Na Argentina, enfatizou-se que a reunião marcou um passo concreto em busca da integração econômica regional e que se trata de um movimento defensivo em relação a uma conjuntura global que tem dificultado o comércio dos países emergentes. Nesse sentido, destacou-se o protecionismo dos EUA como um fator que convenceu os países dos dois blocos a potencializarem o comércio. No Uruguai, salientou-se que o objetivo da aproximação não é o de iniciar um processo de fusão entre as duas instituições regionais e que o Mercosul tentará chegar a um acordo de livre comércio com a Colômbia e aumentará o intercâmbio com o México. Além disso, o ministro de Relações Exteriores do Uruguai mostrou-se favorável a um acordo econômico latino-americano, destacando que a América do Sul não pode estar dividida e que os processos de integração regional devem convergir para construir uma área de livre comércio, de modo que se protejam dos mercados mundiais.

Fontes: [El País](#), 07/04/2017; [Clarín](#), 07/04/2017; [El País](#), 07/04/2017; [República](#), 08/04/2017; [La Nación](#), 08/04/2017; [República](#), 22/04/2017.

## Cooperação policial por delitos nas regiões fronteiriças

Em 24 de abril de 2017, em um assalto à transportadora de valores Prosegur em Ciudad del Este, Paraguai, na fronteira com Argentina e Brasil, foram roubados US\$ 11.720.255 em uma grande operação que incluiu a explosão do local, a morte de um policial e a fuga dos criminosos em diferentes direções da tríplice fronteira. O assalto foi considerado o maior da história do Paraguai, dada a estratégia empregada pela organização criminosa. O governo brasileiro colocou a Polícia Federal à disposição das autoridades paraguaias para colaborar com as investigações, que avançaram mais lentamente no país vizinho. A Polícia Federal já prendeu 20 suspeitos dos 50 criminosos que, calculam-se, estariam envolvidos no assalto. As investigações iniciais apontaram para o grupo criminoso brasileiro Primeiro Comando da Capital (PCC), que também atua na Bolívia e no Paraguai, como autor do roubo. Do mesmo modo, investiga-se uma aliança dessa organização com o Comando Vermelho (CV), acusado de várias ações criminais em outras regiões fronteiriças, como na fronteira com a Bolívia. Esta situação gerou o fechamento de várias fronteiras e a intensificação dos controles fronteiriços, como aconteceu no lado argentino. A Bolívia, por sua vez, também decidiu intensificar os controles na fronteira com Brasil e Paraguai por meio do Plano Fronteira Sul, criado recentemente pela Direção de Polícia Fronteira desse país que permite que as autoridades dos três países estabeleçam um contato maior para a ação conjunta contra atividades delitivas. Dentro dessa ação coordenada se deu a apreensão de três brasileiros na cidade de Cobija, suspeitos de integrar o PCC.

Fontes: [La Razón](#), 25/04/2017; [Estadão](#), 26/04/2017; [ABC Color](#), 27/04/2017; [ABC Color](#), 29/04/2017.

## Maduro anuncia saída da OEA e convocação de Assembleia Nacional Constituinte

No dia 28 de abril, a Venezuela comunicou formalmente sua retirada da Organização dos Estados Americanos (OEA), processo que deve levar dois anos. Além disso, no dia 1º de maio, o presidente Nicolás Maduro anunciou a convocatória de uma Assembleia Nacional Constituinte, embora ainda não tenham sido esclarecidos os detalhes do processo. Ambos os eventos se somam a um mês de protestos convocados pela oposição após a decisão do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), no dia 31 de março, ter suspenso os

poderes da Assembleia Nacional, o que foi revogado no dia 1º de abril. Desde o início do mês, inúmeras manifestações, a favor e contra o governo, tomaram conta do país, juntamente à repressão policial e à escalada da violência urbana, contabilizando 29 mortos, mais de 500 feridos e mais de 1.000 detidos. A saída do país da OEA, por sua vez, foi anunciada após uma reunião do órgão para discutir a crise venezuelana, realizada no dia 26 de abril e considerada por Maduro como ingerência em seus assuntos internos. Uma reunião extraordinária da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi convocada pelo governo para o dia 02 de maio. Entretanto, pela ausência de sete países, não foi possível atingir uma declaração consensual sobre a situação do país. A saída do país da OEA e a convocatória da Constituinte repercutiram na região. O governo de Temer responsabilizou Maduro pela violência em protestos e qualificou a proposta de Constituinte como um golpe de Estado. No Peru, que havia sido o primeiro país a retirar seu embaixador de Caracas, o Congresso aprovou uma moção rechaçando as decisões de Maduro. O Chile reiterou a defesa de um calendário eleitoral e da liberação de presos políticos. O presidente Juan Manuel Santos, na Colômbia, mostrou preocupação quanto à situação no país vizinho, especialmente pela militarização crescente na sociedade venezuelana. Evo Morales, por sua vez, reafirmou seu apoio a Maduro e acusou a OEA de apoiar um golpe de Estado no país, com consentimento do secretário geral, Luis Almagro, o qual afirmou que uma Constituinte só pode ser convocada via referendo popular.

Fontes: [El Tiempo](#), 19/04/2017; [Folha de S. Paulo](#), 20/04/2017; [La República](#), 20/04/2017; [El Universal](#), 26/04/2017; [El Deber](#), 27/04/2017; [Emol](#), 27/04/2017; [El Nacional](#), 01/05/2017; [El Nacional](#), 02/05/2017; [El Universal](#), 02/05/2017; [El Nacional](#), 02/05/2017.

## **Cresce tensão entre Bolívia e Chile por bolivianos detidos em solo chileno**

Durante o mês de abril, aumentou a tensão entre Chile e Bolívia em função da manutenção dos nove bolivianos presos em território chileno. Os sete funcionários aduaneiros e dois militares estão detidos na prisão de Alto Hospicio, em Iquique, desde 22 de março. Os bolivianos foram presos sob alegação de tentativa de roubo e porte ilegal de armas em solo chileno. A Bolívia declara que os funcionários e militares estavam em território boliviano, que são agentes de Estado e que atuavam em ação de interceptação de um comboio com mercadorias ilegais. A Bolívia considera

a ação um delito transnacional e tomou medidas judiciais. No dia 13 de abril, a Corte de Apelação de Iquique negou o apelo constitucional boliviano de liberdade e no dia 24, a Suprema Corte chilena também recusou novo apelo à liberdade feita pelo governo boliviano. Tal postura foi entendida como um rechaço à justiça e ao direito internacional pela Bolívia e o presidente Evo Morales declarou não ver postura cooperativa nas ações chilenas. Em resposta, a Bolívia passou a priorizar a via diplomática e não meramente judicial. Morales já havia levado a questão à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e à Relatoria para Liberdade de Expressão da Organização dos Estados Americanos (OEA). Em 03 de abril, a chancelaria boliviana denunciou ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas que seus nacionais foram presos de forma arbitrária, ilegal e abusiva e demandou intervenção ao Alto Comissariado em prol da liberdade dos detidos. A controvérsia se dá em meio à disputa entre os dois países na Corte Internacional de Justiça (CIJ) pela demanda boliviana de uma saída marítima ao Pacífico e é vista pelo governo boliviano como uma represália a sua exigência.

Fontes: [ElDeber](#), 03/04/2017; [ElDeber](#), 04/04/2017; [La Razón](#), 06/04/2017; [El Deber](#), 13/03/2017; [La Razón](#), 24/04/2017; [LaRazón](#), 24/04/2017; [Tele13](#), 24/04/2017.

## **México ganha primeira batalha contra o governo Trump sobre o Nafta**

Em 28 de abril de 2017, após reportagens da imprensa dos EUA afirmarem que Donald Trump estaria preparando a saída dos EUA do Nafta para o seu centésimo dia de governo, conforme prometido durante a campanha presidencial, o mandatário estadunidense afirmou que aceita renegociar o tratado ao invés de abandoná-lo, pois a retirada do acordo propiciaria um choque muito grande para o sistema de comércio entre os países. Trump afirmou em seus canais oficiais que a decisão foi tomada após ter recebido ligações do presidente do México, Enrique Peña Nieto, e do primeiro ministro do Canadá, Justin Trudeau, pedindo a ele que reconsiderasse a posição de saída do Nafta e aceitasse a proposta de renegociação do tratado em benefício dos três países. O governo mexicano reagiu com alívio à desistência de Trump. A nova posição estadunidense representa uma vitória para o governo mexicano que estaria disposto a renegociar o tratado, junto aos EUA e ao Canadá, desde que fosse conservada sua essência.

Fontes: [El Economista](#), 19/04/2017; [El Economista](#), 27/04/2017; [Folha de S. Paulo](#), 28/04/2017; [Valor Econômico](#), 28/04/2017; [El Economista](#), 28/04/2017.

## Bombardeio dos EUA na Síria dividiu opiniões entre países emergentes

Em 08 de abril de 2017, o ataque unilateral dos EUA com 59 mísseis Tomahawk contra uma base aérea na Síria dividiu opiniões, inclusive, entre governos dos países emergentes do mundo. Por um lado, o bombardeio foi apoiado pelo governo da Turquia e, em um comunicado conjunto, pelos chanceleres da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Paraguai, do México, do Peru e da Colômbia. O governo turco afirmou que o episódio foi uma resposta positiva ao ataque químico que deixou mais de 80 mortos na Síria e defendeu a saída imediata do presidente sírio, Bashar al-Assad, e a criação de zonas seguras para a proteção de civis. Por outro lado, o ataque foi condenado pelos governos da Rússia, da China e do Irã. O presidente russo, Vladimir Putin, argumentou que o bombardeio é uma agressão contra um Estado soberano em violação das normas do direito internacional, baseado em pretextos inventados. O governo chinês afirmou que sempre se opõe ao uso da força nos assuntos internacionais e defende a resolução da questão síria por meios políticos. O governo do Irã disse que condena veementemente quaisquer ataques unilaterais e acusou os EUA de usarem falsas alegações para atacar a Síria. A Bolívia, que ocupa o assento não permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), também condenou o ataque e solicitou uma reunião do Conselho de Segurança da ONU para discutir o assunto. O governo brasileiro manifestou preocupação com a escalada do conflito militar e defendeu que sejam conduzidas investigações abrangentes e imparciais sobre o suposto ataque com armas químicas que levem à apuração dos fatos e à punição dos responsáveis. Também afirmou que a solução para o conflito requer diálogo efetivo e pleno respeito ao direito internacional e que renova o apoio à ONU e às resoluções do Conselho de Segurança.

Fontes: [O Globo](#), 06/04/2017; [Folha de S. Paulo](#), 07/04/2017; [New York Times](#), 09/04/2017; [CNN](#), 09/04/2017; [La Razón](#), 10/04/2017.

## China propõe a criação do “BRICSPlus”

Em 16 de abril de 2017, o economista-chefe do Banco Euroasiático de Desenvolvimento, Yaroslav Lissovlik, comentou sobre a proposta levantada pelo Ministro das Relações Exteriores da China, em coletiva anual à imprensa no mês passado: a ideia de um “Brics ampliado”, com a adesão do México, do Paquistão e do Sri Lanka aos membros-originais. Para Lissovlik, a iniciativa pode representar um novo modelo de integração da economia desses países, estimulando mercados emergentes de todo o mundo. A iniciativa vai na esteira de matérias recentemente veiculadas na imprensa mundial que indicam maior capacidade de agência do bloco de emergentes frente a outros grupos, como o G7. Sua execução, no entanto, pode ser freada por divergências entre países e fatores conjunturais, tais como a desaceleração das economias brasileira e sul-africana, a histórica rivalidade entre Índia e Paquistão e as tensões recentes entre China e Índia, ocasionadas pela “Nova Rota da Seda”.

Fontes: [Business Report](#), 18/04/2017; [Xinhua Net](#), 19/04/2017; [RFI](#), 20/04/2017.

## China enfrenta movimentos separatistas e tensões nas fronteiras

No mês de abril, o Partido Comunista Chinês assumiu, pela primeira vez, que atividades separatistas em Hong Kong e Taiwan fazem parte da sua estratégia nacional de segurança. A revista do partido, Qiushi Journal, destacou a importância de um governo centralizado, focado na liderança do partido comunista e na autoridade do presidente Xi Jinping. Sobre Taiwan, um oficial do governo chamou a independência da região de “maior ameaça à paz e à estabilidade”, mostrando que os movimentos separatistas são uma preocupação constante para a política externa chinesa. Para além dessa questão, a visita de Dalai Lama, a convite da Índia, ao território conhecido como Arunachal Pradesh, no sul do Tibete, causou tensões nas relações entre China e Índia. A porta-voz do Ministério de Relações Exteriores chinês afirmou que a Índia está dando espaço para que Dalai Lama se envolva em atividades separatistas e concluiu atestando que o país vizinho não honrou seus compromissos com questões relacionadas ao Tibete, aumentando ainda mais problemas nas fronteiras ao convidar e permitir que o Dalai Lama visitasse a região em disputa.

Fontes: [South China Morning Post](#), 04/04/2017; [People’s Daily](#), 06/04/2017; [People’s Daily](#), 12/04/2017; [South China Morning Post](#), 16/04/2017.



## Graves violações de Direitos Humanos ao redor do mundo

Diversas práticas que violam os princípios básicos de Direitos Humanos têm sido cometidas em diferentes países, em uma onda de extremismos. O presidente estadunidense Donald Trump continua atuando de forma arbitrária nos conflitos do Oriente Médio e autorizou, dia 13 de abril, o lançamento da mais poderosa bomba não nuclear de seu arsenal no Afeganistão. Uma semana antes, em 07 de abril, bombardeou uma base aérea na Síria em retaliação ao ataque com armas químicas, atribuído às forças de Bashar al-Assad. Anunciou, ainda, que não financiará mais nenhum projeto do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), faltando com o compromisso feito a comunidade internacional. Na Turquia, a repressão à população se intensificou após o presidente Recep Tayyip Erdogan ter vencido o referendo que reforça poderes do Executivo. O governo está atuando de forma autoritária e cerceando direitos. Milhares de pessoas já foram presas e outras estão fugindo do país, incluindo policiais e intelectuais, acusados de fazer parte da tentativa de golpe em 2016. Erdogan vetou programas de TV, bloqueou a Wikipedia e demitiu 4.000 servidores. Na Chechênia, homens estão sendo perseguidos, detidos e torturados em uma prisão ilegal que vem sendo chamada de “campo de concentração gay”. O presidente checheno nega as acusações, afirmando que em seu país não existem gays. A morte de seis líderes indígenas na Colômbia reforçou a falta de compromisso das autoridades com medidas implementadas para a proteção da vida de membros das comunidades indígenas, como denunciado pela Anistia Internacional. Mas, houve também uma boa notícia no campo dos Direitos Humanos, como a aprovação pelo Legislativo de El Salvador da proibição da exploração e extração de minérios metálicos, sob o princípio de que esta prática afeta o meio ambiente e a saúde das pessoas e constitui uma ameaça para o desenvolvimento e bem-estar da população, respondendo com isso às demandas dos movimentos sociais.

Fontes: [BBC](#), 31/03/2017; [El País](#), 13/04/2017; [El País](#), 19/04/2017; [Anistia Internacional](#), 25/04/2017; [El Tiempo](#), 26/04/2017; [Folha de São Paulo](#), 29/04/2017

## Direitos Humanos e Migrações

Em edições anteriores do Conjuntura Latitude Sul, o tema migrações foi centrado em noticiar ações dos países receptores para conter o fluxo migratório. En-

tre os diversos mecanismos mobilizados pelos governos, encontra-se a cooperação para o desenvolvimento. Contudo, um estudo desenvolvido pelo think tank britânico Overseas Development Institute divulgou, em abril, que a cooperação não é uma ferramenta com impactos claros no freio aos fluxos migratórios: ela pode fornecer melhorias, em certa medida, aos que ficam no território, mas não aos que saem. No mês de abril, instituições ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) tornaram público dados sobre a situação do migrante no mundo. Segundo a Organização Internacional para Migração (OIM), este ano já foram contabilizadas 43.000 chegadas de migrantes pelo Mediterrâneo e 962 mortes. Os dados do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) alertam que pelo menos 150 crianças morreram nos primeiros quatro meses de 2017 na travessia do Mediterrâneo. Foi noticiado neste mês também que redes de tráfico de pessoas estão vendendo migrantes como escravos no norte da África e que meninas refugiadas são obrigadas a se prostituir na Europa. Medidas que podem modificar este panorama tangenciam as legislações dos países receptores. O Brasil está sendo exemplo dessa mudança com a Nova Lei de Migração, aprovada pelo Senado no dia 18 de abril, ainda aguardando sanção presidencial. Esta lei trata o migrante não mais por via da segurança nacional, mas pelos seus direitos. Ações como essa são centrais e permitem reconsiderar o papel dos migrantes, sem que sejam vistos como ameaças. A esse respeito, a revista estadunidense Time elegeu Jeanette Vizguerra, migrante mexicana sem documentos refugiada em uma igreja nos EUA, como uma das 100 pessoas mais influentes no mundo.

Fontes: [Centro de Notícias ONU](#), 11/04/2017; [The Guardian](#), 18/04/2017; [Senado Notícias](#), 18/04/2017; [El País](#), 20/04/2017; [El País](#), 21/04/2017; [OIM](#), 21/04/2017; [Centro de Notícias ONU](#), 21/04/2017.

## Violência contra a mulher e desigualdade de gênero

O feminicídio, nome dado à perseguição e morte intencional de mulheres por razão de pertencer ao gênero feminino, continua recorrente na América Latina. Somente no ano de 2017, o México contabilizou 34 feminicídios. Na Argentina, a líder do movimento feminista “Nem Uma a Menos”, Micaela García, foi vítima de estupro seguido de feminicídio no dia 08 de abril. Diante dos recentes acontecimentos, a Organização das Nações Unidas (ONU) se posicionou reiterando o apelo público para

que mortes de meninas e mulheres sejam evitadas. Embora a ONU demonstre consternação sobre os fatos mencionados e tente criar mecanismos institucionais eficientes para lidar com o feminicídio e a violência contra a mulher, tem apresentado falhas, como nas Operações de Missão de Paz, em especial no Haiti, onde capacetes azuis foram denunciados por estupro. A escolha da Arábia Saudita, país que desrespeita os direitos das mulheres, para mandato entre 2018 e 2020 do Comitê sobre o Status da Mulher também é outra iniciativa da organização sujeita à crítica. As mulheres, no entanto, continuam reforçando os espaços próprios, muitas vezes não institucionais. No México, por exemplo, criaram a Agência de Notícias de Mulheres Indígenas e Afrodescendentes, com o objetivo de garantir espaço para visibilizar a luta dessa minoria política. Na África, em especial no Senegal, a discussão sobre igualdade de gênero também é uma realidade e, embora ainda longe de ser uma igualdade plena, as mudanças começam a ser visíveis a partir da articulação de mulheres e troca de experiências, reivindicando o acesso à terra e a criação de leis para protegê-las.

Fontes: [Servindi](#), 08/04/2017; [Infobae](#), 10/04/2017; [Foreign Policy](#), 14/04/2017; [Jeune Afrique](#), 18/04/2017; [Periodico Central](#), 22/04/2017; [UN WATCH](#), 22/04/2017.

## Cabo Verde aposta na cooperação Sul-Sul com a comunidade lusófona

Em 24 de abril de 2017, em entrevista à ONU News, em Nova York, o embaixador caboverdiano José Luís Rocha afirmou que é chegada a hora da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) render frutos reais aos seus cidadãos. Rocha enfatizou a possibilidade dos habitantes dos países membros terem acesso aos “dividendos não econômicos” deste tipo de cooperação: “a língua portuguesa permite também que se faça comércio, que se faça cooperação econômica, que se faça intercâmbio cultural. E é bom que os cidadãos [vejam estes dividendos] porque finalmente estamos a falar numa organização também de povos”. A declaração de Rocha ocorre em um contexto de maior projeção de Cabo Verde, que deve assumir a liderança da CPLP em 2018, após a presidência rotativa do Brasil.

Fontes: [UOL](#), 24/04/2017; [Expresso das Ilhas](#), 24/04/2017; [UN Multimedia](#), 24/04/2017.

## Seminário no México discute projetos de alimentação escolar na região

De 24 a 26 de abril, o Cidade do México sediou o VIII Seminário de Alimentação Escolar para a América Latina e o Caribe, evento realizado pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) para debater iniciativas de sucesso na região. O seminário contou com a participação de representantes de diversas entidades internacionais, acadêmicos e organizações da sociedade civil, como o Banco Mundial, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o Centro de Excelência contra a Fome e o Fórum Global de Nutrição Infantil (GCNF). Em sua fala, Miguel Barreto, diretor regional do PMA, afirmou que esta é uma “nova era para os programas de alimentação escolar na América Latina e o Caribe”, argumentando que projetos nesse sentido são uma oportunidade única e ideal para combater o problema da subnutrição. O evento também marcou o lançamento do novo relatório do PMA, intitulado Nutrir o futuro, um estudo de 16 países da região contendo práticas e programas que visam contribuir para a erradicação da fome, que é um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Fontes: [Nações Unidas](#), 21/04/2017; [La Prensa](#), 24/04/2017; [CDN](#), 27/04/2017.

## Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

[latsul.org](http://latsul.org)

